

RCD no HABEAS CORPUS Nº 560.814 - CE (2020/0030993-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : LEONARDO SARAIVA DA CUNHA (PRESO)
ADVOGADO : RAFAEL SOARES MOURA - CE024806
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar no presente *habeas corpus* formulado pela defesa de LEONARDO SARAIVA DA CUNHA, preso cautelarmente e denunciado pela suposta prática do crime de tentativa de homicídio qualificado (e-STJ fls. 167/170).

Por meio da Petição n. 00180139/2020, a defesa reitera a falta de fundamentação válida para o decreto preventivo, ressaltando, ainda, que o paciente se encontra preso preventivamente desde 2/8/2019.

Afirma, ainda, que o paciente se trata de recluso em situação prevista no art. 4º, inciso I, alínea "c" da Recomendação n. 62/2020 CNJ, pois sua prisão cautelar supera oito meses, e se encontra recolhido em ambiente superlotado e em condições precárias, contexto que favorece a propagação do vírus.

Diante disso, pede a reconsideração da decisão liminar e a consequente revogação da prisão preventiva do paciente, ou a aplicação das medidas cautelares previstas no art.319 do CPP.

É o relatório. **Decido.**

Não há como conhecer das alegações apresentadas no presente pedido, porque não foram previamente submetidas ao exame das instâncias ordinárias, configurando, portanto, indevida supressão de instância.

Como cediço, "matéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no HC n. 525.332/RJ, Rel.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Recorde-se, ademais, que, ao analisar os fundamentos da prisão preventiva, o Tribunal denegou a ordem considerando relevante a gravidade da conduta, evidenciada pelo *modus operandi* da ação, como se depreende do trecho do acórdão (e-STJ fls. 169/170):

[...]

Isso porque as circunstâncias do delito e a audácia dos autores foram ressaltadas pelo magistrado de piso ao decretar a prisão, e dos autos extrai-se que a prática do crime pelo paciente e corréus, por meio de disparos de arma de fogo, seria para vingar a morte de dois amigos dos acusados supostamente assassinados pela vítima cinco anos atrás, o que evidenciaria, assim, o motivo torpe.

De fato, o modus operandi da conduta criminosa e as circunstâncias em que ocorreu a prisão apontam para uma periculosidade concreta do réu/paciente, representando a sua soltura um risco para a ordem pública, não sendo suficientes a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Vale lembrar que, *[s]e as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo modus operandi, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria* (HC n. 126.756, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator